

**ENTRE A FÉ E O NÃO
PERTENCIMENTO:
CENTRALIDADE DO CULTO
E PERTENCIMENTO
CRISTÃO DIANTE DO
CRESCIMENTO DOS “SEM
RELIGIÃO” NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

**BETWEEN FAITH AND NON-BELONGING: THE CENTRALITY OF WORSHIP
AND CHRISTIAN BELONGING AMID THE GROWTH OF THE RELIGIOUSLY
UNAFFILIATED IN CONTEMPORARY BRAZIL**

Ciências Humanas • 17/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/786833196](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/786833196)

Wilson David Trece¹

RESUMO

O crescimento do número de brasileiros que se declaram “sem religião” constitui uma das transformações mais relevantes do campo religioso nacional nas últimas décadas. Tradicionalmente interpretado por meio das categorias de secularização, pluralização religiosa, individualização da fé e recomposição do mercado religioso, esse fenômeno também suscita questões teológicas acerca da identidade da Igreja e de sua capacidade de formar comunidades marcadas por pertencimento duradouro. Este artigo propõe uma abordagem interdisciplinar, estabelecendo diálogo entre a Sociologia da Religião, a Teologia Bíblica e a Eclesiologia. Parte-se da hipótese de que a narrativa bíblica apresenta um padrão recorrente segundo o qual a absolutização de mediações religiosas compromete progressivamente a identidade comunitária do povo de Deus. Para descrever esse movimento, propõe-se a categoria analítica “Síndrome do Templo”, entendida como a tendência de transformar meios instituídos para favorecer a comunhão em finalidade da própria experiência religiosa. A categoria não pretende substituir as interpretações sociológicas do crescimento dos “sem religião”, mas oferecer uma contribuição especificamente teológica ao debate contemporâneo sobre culto, comunidade e pertencimento cristão.

Palavras-chave: Sociologia da Religião; secularização; pertencimento; culto; Igreja; comunidade; Síndrome do Templo.

ABSTRACT

The growing number of Brazilians who identify as having “no religion” constitutes one of the most relevant transformations in the country’s religious field in recent decades. Traditionally interpreted through the categories of secularization, religious pluralization, individualization of faith, and the reconfiguration of the religious

market, this phenomenon also raises theological questions concerning the identity of the Church and its capacity to form communities characterized by lasting belonging. This article proposes an interdisciplinary approach by bringing the Sociology of Religion, Biblical Theology, and Ecclesiology into dialogue. It argues that the biblical narrative presents a recurring pattern in which the absolutization of religious mediations progressively compromises the communal identity of God's people. To describe this movement, the study proposes the analytical category "Temple Syndrome," understood as the tendency to transform means instituted to foster communion into ends of religious experience. The category does not seek to replace sociological interpretations of the growth of the religiously unaffiliated, but to offer a specifically theological contribution to the contemporary debate on worship, community, and Christian belonging.

Keywords: Sociology of Religion; secularization; belonging; worship; Church; community; Temple Syndrome.

1. INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, o Brasil passou a experimentar uma das mais significativas transformações de sua história religiosa recente. Durante grande parte do século XX, o debate acadêmico concentrou-se na redução gradual da hegemonia católica e na expansão do protestantismo, especialmente em suas expressões pentecostais e neopentecostais. Mais recentemente, contudo, outro fenômeno passou a ocupar posição de destaque nas pesquisas sobre religião: o crescimento contínuo do número de brasileiros que se declaram "sem religião".

Os resultados preliminares do Censo Demográfico 2022 confirmam a consolidação dessa tendência. A publicação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística investiga o perfil religioso das pessoas de dez anos ou mais e demonstra que as mudanças do campo religioso brasileiro não se limitam à redistribuição entre católicos, evangélicos e outras tradições, mas incluem a ampliação daqueles que não mantêm identificação religiosa institucional (IBGE, 2025). A categoria, porém, permanece internamente heterogênea: abrange pessoas sem filiação institucional, espiritualidades não organizadas, agnósticos, ateus, indivíduos em trânsito religioso e sujeitos que preservam crenças cristãs sem vínculo eclesial permanente (Rodrigues, 2012; Luiz, 2013; Antunes, 2022).

A Sociologia da Religião tem oferecido contribuições decisivas para a interpretação desse fenômeno. Peter L. Berger (1985; 2017), Charles Taylor (2010), Grace Davie (1990; 1994), Danièle Hervieu-Léger (2008), José Casanova (1994), Ricardo Mariano (2003; 2014) e Antônio Flávio Pierucci (2003; 2004), entre outros, demonstram que a modernidade não produziu simplesmente o desaparecimento da religião. Em muitos contextos, ela transformou as condições sociais da crença, multiplicou as alternativas religiosas e ampliou a autonomia dos indivíduos diante das instituições confessionais.

Essas análises explicam, com elevado grau de consistência, os processos históricos e culturais que favorecem a flexibilização do pertencimento. Entretanto, deixam aberta uma questão pertencente ao campo próprio da Teologia: o que a reflexão bíblica pode acrescentar à compreensão do enfraquecimento do pertencimento cristão? A pergunta não pretende disputar o campo metodológico da Sociologia nem reduzir um fenômeno social

complexo a uma causa religiosa. Seu objetivo é examinar de que maneira a Igreja compreende sua identidade e sua vocação à luz das Escrituras.

A presente pesquisa parte da hipótese de que a narrativa bíblica apresenta um padrão recorrente segundo o qual a absolutização de mediações religiosas compromete progressivamente a identidade comunitária do povo de Deus. Em diferentes momentos da história da revelação, elementos legitimamente instituídos para favorecer a comunhão — como a Arca da Aliança, o Templo, o sacerdócio e, posteriormente, as próprias estruturas eclesiais — podem transformar-se em objeto da confiança religiosa, obscurecendo a centralidade daquele a quem deveriam conduzir.

Para descrever esse padrão, propõe-se a categoria analítica denominada “Síndrome do Templo”. A expressão é empregada em sentido metodológico e hermenêutico, não dogmático. Seu objetivo consiste em sintetizar uma estrutura recorrente: Deus institui mediações para formar e sustentar a comunhão; essas mediações são absolutizadas; a centralidade desloca-se da presença divina para a instituição; a vida comunitária enfraquece; e a narrativa registra movimentos de juízo, reforma e restauração.

Essa proposta aproxima-se das abordagens histórico-canônicas da Teologia Bíblica, que acompanham o desenvolvimento progressivo dos temas ao longo das Escrituras. A teologia da habitação divina, por exemplo, percorre o Éden, o Tabernáculo, o Templo, a pessoa de Cristo, a comunidade habitada pelo Espírito e a Nova Jerusalém (Beale, 2021). O presente estudo destaca um aspecto complementar: paralelamente à expansão da presença de Deus, a narrativa registra

momentos em que os sinais dessa presença são convertidos em garantias religiosas autônomas.

Do ponto de vista metodológico, o artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, qualitativa e interdisciplinar. Recorre à Sociologia da Religião para interpretar a recomposição do campo religioso brasileiro; à Teologia Bíblica, para acompanhar o desenvolvimento dos temas do culto e da habitação divina; e à Eclesiologia, para refletir sobre a identidade comunitária da Igreja. Adota-se abordagem histórico-canônica das Escrituras, acompanhando o desenvolvimento progressivo dos temas do culto, da presença de Deus e da identidade comunitária, sem desconsiderar as particularidades históricas e literárias dos textos analisados. A expressão “Síndrome do Templo” constitui categoria analítica proposta pelo autor, com finalidade hermenêutica e metodológica, não dogmática. Essa articulação procura evitar tanto o reducionismo sociológico quanto uma leitura teológica descontextualizada.

O artigo organiza-se em quatro movimentos. Inicialmente, apresenta as principais interpretações sociológicas acerca do crescimento dos “sem religião” e da transformação do pertencimento religioso. Em seguida, examina a compreensão neotestamentária da Igreja como comunidade da presença de Deus. Posteriormente, percorre a narrativa bíblica para identificar o deslocamento do centro do culto e fundamentar a categoria analítica proposta. Por fim, discute as implicações dessa leitura para os desafios contemporâneos do pertencimento cristão.

Não se pretende oferecer uma explicação exaustiva para um fenômeno reconhecidamente multifatorial. A contribuição proposta

é mais delimitada: demonstrar que a Teologia possui recursos próprios para a autocrítica eclesial e para a reflexão sobre a relação entre culto, comunhão e identidade. O crescimento dos “sem religião”, nesse sentido, pode ser compreendido não apenas como diagnóstico das mudanças sociais do Brasil contemporâneo, mas também como ocasião para que a Igreja examine continuamente se suas estruturas permanecem subordinadas à presença daquele que a chama, reúne e sustenta.

2. ENTRE A SECULARIZAÇÃO E A RECOMPOSIÇÃO DO PERTENCIMENTO RELIGIOSO NO BRASIL

O crescimento do contingente de brasileiros que se declaram “sem religião” representa um dos fenômenos mais relevantes para a compreensão das transformações do campo religioso nas primeiras décadas do século XXI. Mais do que uma redistribuição estatística entre diferentes tradições confessionais, esse crescimento evidencia mudanças profundas nas formas de construir a experiência religiosa, a identidade pessoal e o sentido de pertencimento comunitário (IBGE, 2025; Antunes, 2022).

A categoria “sem religião”, contudo, exige cuidadosa delimitação conceitual. Ela não constitui grupo homogêneo nem pode ser automaticamente identificada com ateísmo ou agnosticismo. Pesquisas brasileiras demonstram que parte significativa desse universo preserva crenças, práticas devocionais e referências cristãs, embora sem filiação institucional estável. Há, portanto, diferença entre ausência de religião declarada, ausência de crença e afastamento das organizações religiosas (Rodrigues, 2012; Luiz, 2013; Assis, 2017).

Essa distinção encontra uma de suas formulações mais conhecidas na expressão *believing without belonging*, desenvolvida por Grace Davie (1990; 1994). A autora identificou, no contexto britânico, a permanência de crenças religiosas em pessoas que já não participavam regularmente das instituições eclesiais. Embora o modelo não possa ser transferido de maneira automática para o Brasil, ele auxilia a distinguir os níveis da crença, da prática e do pertencimento.

Durante boa parte do século XX, predominou a expectativa de que a modernização conduziria ao progressivo declínio da religião. O desenvolvimento científico, a urbanização, a racionalização e a diferenciação institucional pareciam indicar que a religião perderia gradativamente influência na vida pública. Essa interpretação, usualmente associada à teoria clássica da secularização, foi posteriormente submetida a importantes revisões.

Peter L. Berger participou ativamente desse processo. Em *O dossel sagrado*, analisou a maneira pela qual as sociedades constroem estruturas de sentido capazes de legitimar uma determinada visão do mundo. A pluralização moderna, ao colocar diferentes universos simbólicos em contato e competição, enfraquece a condição de evidência social das tradições religiosas (Berger, 1985). Décadas depois, Berger reformulou parte de sua posição e sustentou que o traço mais característico da modernidade não era necessariamente o desaparecimento da religião, mas a coexistência de múltiplas possibilidades de crença e descrença (Berger, 2017).

Essa revisão desloca a discussão do declínio religioso para o pluralismo. Em uma sociedade marcada por múltiplos “altares”, nenhuma tradição conserva automaticamente o monopólio da

interpretação do mundo. A fé continua possível, mas passa a depender de escolhas individuais e de processos contínuos de confirmação comunitária. A secularização, sob essa perspectiva, não elimina a religião; altera as condições sociais de sua plausibilidade.

Charles Taylor aprofunda esse deslocamento ao perguntar como a descrença se tornou uma possibilidade socialmente disponível. Em *Uma era secular*, o filósofo não reduz a secularização à diminuição das práticas religiosas, mas a compreende como transformação das “condições da crença”. O indivíduo contemporâneo vive em um ambiente no qual fé e descrença aparecem como alternativas possíveis, continuamente expostas à consciência de outras opções (Taylor, 2010).

Essa nova condição modifica a experiência do pertencimento. A identidade religiosa deixa de ser recebida apenas como herança social e passa a ser construída sob a pressão de diferentes narrativas de sentido. A adesão institucional torna-se mais reflexiva, negociada e reversível. O que antes podia ser vivido como evidência coletiva converte-se em escolha pessoal sujeita a revisão.

Danièle Hervieu-Léger interpreta esse processo mediante o enfraquecimento das “cadeias de memória” religiosas. Para a autora, a religião depende da inscrição dos indivíduos em uma tradição que preserva e transmite uma memória autorizada. A modernidade fragiliza esses mecanismos de transmissão e favorece trajetórias espirituais mais móveis, representadas pelas figuras do “peregrino” e do “convertido” (Hervieu-Léger, 2008).

A imagem do peregrino descreve o indivíduo que constrói seu itinerário religioso por sucessivas experiências e deslocamentos; a do

convertido, aquele que reorganiza sua identidade mediante uma escolha apresentada como pessoal. Em ambos os casos, a tradição herdada perde parte de sua capacidade de determinar a pertença. O sujeito assume papel crescente na seleção das crenças, práticas e comunidades que compõem sua trajetória.

José Casanova acrescenta precisão ao debate ao distinguir três processos frequentemente reunidos sob o conceito de secularização: a diferenciação entre a religião e outras esferas sociais; o eventual declínio das crenças e práticas; e a privatização da religião. Esses movimentos não ocorrem necessariamente de forma simultânea e apresentam configurações distintas em diferentes sociedades (Casanova, 1994). A distinção é particularmente relevante para o Brasil, onde a diferenciação institucional do Estado convive com forte presença pública da religião.

A modernização brasileira, portanto, não pode ser interpretada como simples repetição do percurso europeu. A perda progressiva da hegemonia católica ocorreu ao lado da expansão evangélica, da permanência do espiritismo, da visibilidade das religiões de matriz africana, da intensificação do trânsito religioso e do crescimento dos “sem religião”. Em vez de retração homogênea, observa-se recomposição plural do campo religioso (Teixeira; Menezes, 2013).

Ricardo Mariano demonstrou que a expansão pentecostal e neopentecostal alterou profundamente a estrutura de concorrência religiosa no país. O pluralismo e a liberdade religiosa ampliaram as possibilidades de conversão, trânsito e desligamento, tornando a filiação menos dependente da herança familiar e mais relacionada à escolha individual (Mariano, 2003; 2014). A mesma liberdade que

favorece o crescimento de novas igrejas também torna possível abandonar instituições e reconstruir a própria identidade religiosa.

Antônio Flávio Pierucci observa que a secularização do Estado e a consolidação da liberdade religiosa não produzem necessariamente uma sociedade sem religião. Produzem, antes, um ambiente no qual as instituições precisam disputar adesões e no qual o indivíduo pode escolher, mudar ou recusar uma filiação (Pierucci, 2004). O declínio das religiões tradicionais, nessa perspectiva, não equivale ao fim do religioso, mas à perda de sua capacidade de reproduzir automaticamente a pertença.

Os estudos sobre os “sem religião” no Brasil reforçam essa interpretação. Denise Rodrigues (2012) relaciona o fenômeno a uma crise do pertencimento institucional; Ronaldo Luiz (2013) destaca a existência de religiosidade entre pessoas sem filiação; Marcelo Camurça (2017) chama atenção para juventude, periferia, indiferentismo e trânsito; e Henrique Antunes (2022) demonstra a ampliação e diversificação da literatura acadêmica sobre o tema. Em conjunto, esses trabalhos impedem que a categoria seja tratada como sinônimo simples de secularismo.

Transformações culturais mais amplas também contribuem para compreender a fragilidade dos vínculos. Zygmunt Bauman descreve a modernidade líquida como condição marcada pela provisoriedade das relações e pela dificuldade de sustentar compromissos duradouros (Bauman, 2001). Manuel Castells analisa a reorganização das identidades na sociedade em rede, na qual instituições tradicionais compartilham a formação do pertencimento com fluxos digitais e comunidades descentralizadas (Castells, 2018). Byung-Chul Han, por sua vez, identifica uma cultura centrada no desempenho e

na autorrealização, na qual o indivíduo assume responsabilidade crescente pela construção de si mesmo (Han, 2017).

Aplicadas ao universo religioso, essas análises ajudam a compreender por que comunidades são frequentemente avaliadas segundo critérios de identificação pessoal, satisfação imediata e utilidade percebida. A permanência institucional deixa de ser evidente e passa a depender de negociações contínuas. Essa mudança não deve ser interpretada apenas como deficiência moral do indivíduo contemporâneo, mas como característica estrutural de um ambiente cultural que favorece mobilidade e reversibilidade.

Consideradas em conjunto, as contribuições examinadas permitem afirmar que o crescimento dos “sem religião” expressa uma transformação das relações entre crença, instituição e identidade. Em muitos casos, a fé não desaparece; torna-se menos dependente de filiações duradouras. A questão central deixa de ser apenas se os indivíduos acreditam, mas como organizam suas crenças, a quais comunidades se vinculam e por quanto tempo reconhecem nelas autoridade e significado.

A secularização, entretanto, não deve ser empregada como categoria totalizante capaz de encerrar a interpretação do fenômeno. Ela constitui uma chave explicativa entre outras e, no caso brasileiro, precisa ser utilizada com especial cautela diante da permanência e da intensa presença pública da religião. Ainda assim, determinadas dimensões do campo religioso brasileiro podem ser interpretadas à luz dos processos de secularização. Compreendê-los contribui para criar um ambiente analítico no qual fé e não pertencimento não sejam tratados simplesmente como polos incomunicáveis.

Nessa direção, Eller chama atenção para a ambivalência do próprio conceito. A secularização não implica necessariamente ausência ou hostilidade à religião; pode indicar tanto o desprendimento da religião em relação à cultura quanto, em sentido inverso, maior vinculação da religião à cultura (Eller, 2018, p. 407). Essa perspectiva permite observar que religião e sociedade não se relacionam em sentido único. As comunidades religiosas participam da cultura ao mesmo tempo em que são atravessadas por suas transformações.

Tal reciprocidade pode ser compreendida, para os propósitos deste artigo, como uma forma de comunicação social. Não se pretende substituir conceitualmente “influência” por “comunicação”, mas destacar que a relação entre Igreja e sociedade não constitui um monólogo. Instituições religiosas intervêm no espaço público por meio de práticas sociais, ações comunitárias, meios de comunicação e participação política; simultaneamente, linguagens, conflitos, valores e agendas presentes na sociedade atravessam as próprias comunidades religiosas. A crescente aproximação entre religião e política no Brasil oferece um exemplo dessa porosidade: ao mesmo tempo em que igrejas procuram comunicar-se com a sociedade por meio da atuação política, torna-se legítimo perguntar em que medida a dinâmica política também reconfigura discursos, identidades e relações no interior das igrejas.

Sob essa perspectiva, entre a fé e o não pertencimento pode existir diálogo, e não apenas ruptura. Os processos associados à secularização constituem uma das dimensões a serem consideradas na compreensão da flexibilização contemporânea do pertencimento religioso, mas não autorizam concluir que pessoas sem filiação institucional sejam necessariamente hostis à fé. Ao contrário, como demonstram os estudos anteriormente examinados, parte desse

universo preserva crenças, referências cristãs e práticas religiosas mesmo sem vínculo eclesial permanente.

Essa constatação torna a pergunta eclesiológica ainda mais exigente. Na compreensão paulina, o cristão é membro de um corpo e sua identidade e vocação são concebidas em relação aos demais membros (1 Co 12.12–27). O pertencimento comunitário, portanto, possui relevância teológica que não pode ser simplesmente descartada. Entretanto, se entre fé e não pertencimento existe diálogo e não apenas ruptura, talvez a primeira tarefa da Igreja não seja perguntar como trazer de volta aqueles que partiram, mas compreender o que sua partida comunica. A questão passa a ser não somente por que determinados indivíduos deixam as instituições, mas que espécie de comunidade, culto e pertencimento a Igreja contemporânea oferece àqueles que dela se aproximam ou se afastam.

A Sociologia da Religião oferece, portanto, instrumentos robustos para explicar por que o pertencimento institucional se tornou mais instável. Entretanto, exatamente nesse ponto emerge a pergunta que orienta a continuidade deste estudo: o que significa pertencer ao povo de Deus segundo o testemunho do Novo Testamento? A pergunta não procura substituir as explicações sociológicas, mas deslocar a análise para a autocompreensão da Igreja.

Se o pertencimento cristão for definido apenas como adesão a uma organização religiosa, a resposta à crise tenderá a concentrar-se em estratégias de retenção, eficiência administrativa e adaptação cultural. Se, porém, o Novo Testamento o apresenta como participação em uma comunidade constituída pela presença reconciliadora de Deus, a questão torna-se mais profunda. Será

necessário examinar não somente por que as pessoas deixam as instituições, mas como a própria Igreja preserva a centralidade daquele que a constitui como comunidade.

É essa mudança de perspectiva que conduz ao capítulo seguinte. Depois de reconhecer a complexidade sociológica dos “sem religião”, a investigação retorna às Escrituras para analisar a Igreja como *ekklesia*, *koinōnia*, Corpo de Cristo e Templo do Espírito. Somente a partir dessa identidade será possível avaliar a pertinência da categoria “Síndrome do Templo” e suas contribuições para o debate contemporâneo sobre culto e pertencimento.

3. A IGREJA COMO COMUNIDADE DA PRESENÇA DE DEUS

A revisão sociológica apresentada no capítulo anterior demonstrou que a flexibilização do pertencimento religioso constitui um fenômeno complexo. O Novo Testamento, entretanto, desloca a questão para outro plano: a Igreja é compreendida como comunidade formada pela iniciativa de Deus, reconciliada em Cristo e habitada pelo Espírito Santo. A identidade eclesial não deriva primariamente da organização institucional, mas da presença divina que reúne e sustenta o povo da nova aliança (Ladd, 2003; Schreiner, 2014).

3.1. A Comunhão Cristã

Em Atos 2.42, Lucas descreve a perseverança na doutrina dos apóstolos, na comunhão (*koinōnia*), no partir do pão e nas orações. A comunhão não é mero vínculo social, mas participação comum na vida de Cristo. Bonhoeffer (2015) observa que a comunidade cristã existe porque Cristo a constitui; ela não nasce da afinidade humana, mas da graça compartilhada.

3.2. O Templo do Espírito

Em 1Coríntios 3.16–17, Paulo afirma que a comunidade é o naós de Deus. A escolha do termo grego enfatiza que a presença divina deixa de estar vinculada a um edifício e passa a caracterizar a Igreja. Efésios 2.19–22 amplia essa compreensão ao apresentar a comunidade como edifício espiritual e habitação de Deus no Espírito.

3.3. Cristo Como Verdadeiro Templo

João 2.19–21 identifica Cristo como o verdadeiro Templo. Em João 4.21–24, Jesus desloca definitivamente o centro da adoração de um lugar geográfico para a relação com o Pai em espírito e em verdade. A teologia bíblica do templo encontra, assim, seu cumprimento em Cristo e sua continuidade na Igreja (Beale, 2021).

4. A “SÍNDROME DO TEMPLO”

4.1. Mediações Legítimas e o Risco de Absolutização

A categoria “Síndrome do Templo” parte de uma distinção fundamental: a narrativa bíblica não apresenta as mediações religiosas como intrinsecamente negativas. Ao contrário, a Arca da Aliança, o sacerdócio, o Tabernáculo e o Templo pertencem à própria organização cultural de Israel. O problema emerge quando aquilo que deveria servir à relação de aliança passa a funcionar como garantia religiosa autônoma. A categoria proposta procura nomear precisamente esse deslocamento: não a existência da mediação, mas sua absolutização.

Esse cuidado é decisivo para evitar uma leitura antinstitucional. O argumento deste estudo não é que estruturas, lugares, liturgias ou ministérios sejam obstáculos à comunhão. A própria Escritura apresenta formas comunitárias e cultuais concretas. O ponto crítico ocorre quando o sinal ocupa o lugar da realidade para a qual aponta e quando a confiança na presença de Deus é substituída pela confiança no objeto, no espaço ou na estrutura religiosa.

4.2. A Arca da Aliança: Presença Não Manipulável

Um primeiro exemplo desse padrão aparece em 1Samuel 4. Diante da derrota para os filisteus, os anciãos de Israel decidem trazer de Siló a Arca da Aliança para o campo de batalha. O texto registra a expectativa de que sua presença garantiria a vitória. A Arca, sinal legítimo da aliança e da presença divina, passa a ser tratada como instrumento capaz de assegurar o resultado pretendido independentemente da condição espiritual do povo.

A derrota subsequente e a captura da Arca desconstroem essa confiança. O episódio não diminui a importância da Arca; demonstra, antes, que o Deus de Israel não pode ser reduzido ao objeto que simboliza sua presença. Nesse sentido, 1Samuel 4 oferece uma expressão particularmente clara do mecanismo que a categoria “Síndrome do Templo” pretende descrever: uma mediação instituída por Deus é preservada exteriormente, mas sua função é alterada quando passa a operar como garantia religiosa em si mesma.

4.3. O Templo e a Crítica Profética

O mesmo deslocamento reaparece de modo ainda mais explícito na crítica profética ao Templo. Jeremias 7 é central para esta análise. O

profeta se coloca à porta da Casa do Senhor e confronta a confiança depositada na repetição da fórmula “Templo do Senhor”. A denúncia não se dirige ao Templo enquanto instituição, mas à segurança religiosa construída em torno dele quando dissociada da justiça, da fidelidade à aliança e da obediência a Deus.

Isaías 1, Amós 5 e Miqueias 6 apresentam crítica semelhante ao culto quando práticas litúrgicas coexistem com injustiça e infidelidade. Nesses textos, a multiplicação de atos religiosos não é apresentada como substituta da vida de aliança. A tensão bíblica, portanto, não se estabelece entre culto e ausência de culto, mas entre culto como expressão da comunhão com Deus e culto convertido em mecanismo autossuficiente de legitimação religiosa.

É nesse ponto que a expressão “Síndrome do Templo” adquire maior precisão conceitual. O “Templo” da categoria não designa simplesmente um edifício. Funciona como metáfora analítica para qualquer mediação que, embora legítima, passe a concentrar em si a confiança que deveria permanecer orientada para Deus. O padrão pode ser sintetizado em cinco movimentos: instituição da mediação; serviço à comunhão; absolutização da mediação; deslocamento da confiança; e intervenção crítica ou restauradora.

4.4. Cristo e a Reconfiguração do Centro Cultural

No Novo Testamento, a questão do Templo é reelaborada cristologicamente. Em João 2.19-21, o evangelista interpreta o corpo de Jesus como o verdadeiro Templo. Em João 4.21-24, no diálogo com a mulher samaritana, a controvérsia entre Jerusalém e o monte Gerizim é deslocada para a adoração ao Pai “em espírito e em verdade”. A centralidade não é simplesmente transferida de um

edifício para outro; ela é reconfigurada em torno da pessoa de Cristo e da relação com o Pai.

Essa linha alcança uma dimensão comunitária em 1Coríntios 3.16-17 e Efésios 2.19-22, nos quais a comunidade é descrita como santuário e habitação de Deus no Espírito. A teologia bíblica da habitação divina, assim, oferece base para compreender que o pertencimento cristão não pode ser reduzido ao vínculo com um espaço sagrado. Ele se relaciona à participação em uma comunidade cuja identidade deriva da presença de Deus (Beale, 2021).

4.5. Alcance e Limites da Categoria

A “Síndrome do Templo” deve, portanto, ser compreendida como categoria hermenêutica de autocrítica eclesiológica. Ela não constitui diagnóstico clínico, doutrina ou explicação causal para crises religiosas. Também não autoriza a identificação automática entre Israel, o Templo de Jerusalém e instituições eclesiais contemporâneas. Seu emprego depende de analogia controlada: em contextos distintos, pode ocorrer um mesmo tipo de deslocamento funcional, no qual meios destinados à comunhão passam a ser tratados como fins.

Esse limite metodológico é particularmente importante quando a categoria é colocada em diálogo com o crescimento dos “sem religião”. Os dados sociológicos examinados anteriormente não demonstram que o afastamento institucional seja causado pela absolutização de estruturas eclesiais. A relação proposta neste artigo é de interpelação, não de causalidade: um fenômeno social multifatorial oferece ocasião para que a Igreja examine teologicamente a qualidade de suas formas de pertencimento.

5. A CENTRALIDADE DA PRESENÇA DE DEUS E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

5.1. Do Diagnóstico Sociológico à Interpelação Eclesiológica

A primeira parte deste estudo mostrou que a ampliação dos “sem religião” no Brasil deve ser interpretada no interior de transformações mais amplas: pluralização, individualização das trajetórias religiosas, mobilidade institucional, recomposição das identidades e mudança das condições sociais da crença. Essas explicações não são anuladas pela análise teológica. Ao contrário, estabelecem o limite dentro do qual ela pode operar legitimamente.

A Teologia não dispõe, a partir dos textos bíblicos examinados, de fundamento para atribuir a um único problema eclesial a origem de um fenômeno social heterogêneo. Pode, contudo, perguntar o que esse cenário revela à Igreja sobre sua própria autocompreensão. A questão deixa de ser apenas “por que as pessoas saem?” e passa a incluir “que espécie de pertencimento a comunidade cristã oferece e cultiva?”.

5.2. Pertencimento Como Comunhão, Não Mera Retenção

Se a Igreja é compreendida no Novo Testamento como corpo, comunhão e habitação do Espírito, pertencimento não equivale simplesmente à permanência nominal em uma organização. Atos 2.42-47 associa a vida da comunidade ao ensino apostólico, à *koinōnia*, ao partir do pão, às orações e ao cuidado mútuo. 1Coríntios 12 descreve uma pertença na qual os membros existem em interdependência. Efésios 2.19-22 reúne as imagens de família, edifício e habitação de Deus.

Essa compreensão impede que o desafio contemporâneo seja reduzido a técnicas de retenção. Estratégias administrativas podem ser necessárias à organização comunitária, mas não substituem aquilo que, teologicamente, constitui a Igreja. A pergunta sobre permanência precisa ser subordinada à pergunta sobre comunhão: não apenas como manter indivíduos ligados a uma instituição, mas como formar comunidades nas quais o vínculo institucional expresse uma participação efetiva na vida comum da fé.

5.3. A Centralidade do Culto e a Função das Estruturas

A categoria proposta também permite distinguir centralidade do culto e absolutização da estrutura cultural. O culto é central à vida cristã quando orienta a comunidade para Deus, forma memória, gratidão, obediência e comunhão. A “Síndrome do Templo” começa justamente quando os meios dessa centralidade - edifícios, programas, cargos, tradições, formas litúrgicas ou mecanismos organizacionais - passam a justificar-se por si mesmos e deixam de ser avaliados por sua capacidade de servir à vocação da comunidade.

Desse modo, a autocrítica eclesiológica sugerida pelo artigo não conduz ao enfraquecimento da Igreja institucional. Conduz à recuperação de sua finalidade. Instituições são necessárias à continuidade, à memória, ao ensino e à organização da vida comum; tornam-se problemáticas quando sua preservação passa a ocupar o lugar da missão para a qual existem. O argumento bíblico desenvolvido anteriormente oferece, assim, um critério teológico: as mediações permanecem legítimas enquanto subordinadas à presença e à ação de Deus.

5.4. Contribuição da “Síndrome do Templo” Ao Debate

A contribuição específica da “Síndrome do Templo” está em oferecer uma linguagem para essa autocrítica sem competir com as categorias sociológicas. Secularização, pluralização, trânsito religioso e individualização descrevem dimensões do ambiente no qual o pertencimento se transforma. A categoria teológica proposta pergunta como a Igreja responde a esse ambiente sem confundir sua identidade com os mecanismos históricos por meio dos quais ela se organiza.

Seu valor heurístico dependerá, naturalmente, de pesquisas posteriores. Estudos empíricos poderiam investigar se pessoas que abandonam comunidades cristãs identificam experiências de institucionalização excessiva, perda de comunhão ou deslocamento da centralidade do culto; estudos históricos poderiam testar a categoria em movimentos de reforma e renovação; pesquisas eclesiológicas poderiam compará-la com outras formas de crítica institucional. Neste artigo, entretanto, sua função permanece delimitada: organizar um padrão bíblico e utilizá-lo como instrumento de reflexão teológica diante da crise contemporânea do pertencimento.

6. CONCLUSÃO

A investigação partiu da pergunta sobre o que a reflexão bíblica pode acrescentar à compreensão do enfraquecimento do pertencimento cristão em um contexto marcado pelo crescimento dos “sem religião”. A resposta proposta não substitui o diagnóstico sociológico nem transforma um fenômeno multifatorial em consequência direta de falhas eclesiais. O diálogo interdisciplinar

mostrou, antes, que Sociologia da Religião e Teologia operam em níveis distintos e complementares: a primeira descreve e interpreta transformações do campo religioso; a segunda interroga a identidade da Igreja diante dessas transformações.

A análise bíblico-teológica permitiu identificar um padrão no qual mediações legitimamente instituídas podem ser absolutizadas e convertidas em garantias religiosas autônomas. A Arca em 1Samuel 4, a crítica profética ao Templo e a reconfiguração cristológica e comunitária do espaço sagrado no Novo Testamento sustentam a formulação da categoria “Síndrome do Templo”. Seu núcleo não é uma rejeição das instituições, mas uma crítica ao deslocamento da confiança: o meio deixa de servir à comunhão e passa a funcionar como fim da experiência religiosa.

Nesse sentido, a hipótese inicial encontra sustentação dentro dos limites propostos. A narrativa bíblica oferece recursos para uma autocrítica eclesiológica segundo a qual a qualidade do pertencimento cristão depende de que estruturas, práticas e formas institucionais permaneçam subordinadas à presença de Deus e à comunhão que delas deve resultar. O crescimento dos “sem religião” não comprova a ocorrência da “Síndrome do Templo”, mas torna especialmente pertinente a pergunta sobre o tipo de pertencimento que as comunidades cristãs estão formando.

A principal contribuição do artigo consiste, portanto, em deslocar parte da discussão de uma lógica de retenção institucional para uma teologia da comunhão. Se o pertencimento for compreendido apenas como permanência organizacional, a crise tenderá a produzir respostas predominantemente administrativas. Se for compreendido como participação em uma comunidade constituída

em Cristo e habitada pelo Espírito, a preservação das instituições continuará importante, mas como meio a serviço da comunhão, do culto e da vocação da Igreja.

6.1. Perspectivas para Pesquisas Futuras

Sugere-se o aprofundamento da categoria proposta em estudos sobre a História da Igreja, movimentos de reforma e avivamento, práticas litúrgicas e permanência dos fiéis. Também se mostram pertinentes pesquisas empíricas com pessoas sem filiação religiosa ou que se desligaram de comunidades cristãs, a fim de verificar se e em que medida experiências de institucionalização, comunhão, culto e autoridade aparecem em suas trajetórias. Esse desenvolvimento permitiria testar os limites explicativos da categoria e ampliar o diálogo entre Teologia Bíblica, História do Cristianismo e Sociologia da Religião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, Henrique Fernandes. Dos censos à literatura acadêmica: os “sem religião” e o campo religioso brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 37, n. 109, e3710906, 2022. DOI: 10.1590/3710906/2022.

Assis, Thaís Silva de. Religiosos sem religião: nuances sociais de uma tendência. *Áskesis*, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 40-51, jan./jun. 2017.

Bauman, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Beale, G. K. *O templo e a missão da igreja: uma teologia bíblica sobre o lugar da habitação de Deus*. Tradução de Lucília Marques. São

Paulo: Vida Nova, 2021.

Berger, Peter L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

Berger, Peter L. Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.

Bonhoeffer, Dietrich. Vida em comunhão. São Leopoldo: Sinodal, 2015.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Os “sem religião” no Brasil: juventude, periferia, indiferentismo religioso e trânsito entre religiões institucionalizadas. Estudos de Religião, São Bernardo do Campo, v. 31, n. 3, p. 55-70, set./dez. 2017.

Casanova, José. Public religions in the modern world. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

Castells, Manuel. O poder da identidade. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2018. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

Davie, Grace. Believing without belonging: is this the future of religion in Britain? Social Compass, Louvain, v. 37, n. 4, p. 455-469, 1990. DOI: 10.1177/003776890037004004.

Davie, Grace. Religion in Britain since 1945: believing without belonging. Oxford: Blackwell, 1994.

ELLER, Jack David. Introdução à antropologia da religião. Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

Han, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. 2. ed. ampl. Petrópolis: Vozes, 2017.

Hervieu-Léger, Danièle. O peregrino e o convertido: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022: religiões: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102182.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2026.

Ladd, George Eldon. Teologia do Novo Testamento. São Paulo: Hagnos, 2003.

Luiz, Ronaldo Robson. A religiosidade dos sem religião. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 15, n. 19, p. 73-88, jul./dez. 2013.

Mariano, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-125, jun. 2003.

Mariano, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

Pierucci, Antônio Flávio. “Bye, Brasil”: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28, set./dez. 2004. DOI: 10.1590/S0103-40142004000300003.

Pierucci, Antônio Flávio. O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

Rodrigues, Denise dos Santos. Os sem religião nos censos brasileiros: sinal de uma crise do pertencimento institucional. Horizonte, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1130-1153, out./dez. 2012.

Schreiner, Thomas R. Teologia do Novo Testamento: magnificando a Deus em Cristo. São Paulo: Vida Nova, 2014.

Taylor, Charles. Uma era secular. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

Teixeira, Faustino; Menezes, Renata (org.). Religiões em movimento: o Censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.

¹ Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória. Doutorando em Teologia pela Ivy Enber Christian University, área de Bíblia, Hermenêutica e História. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).